



ICBC DO BRASIL BANCO MÚLTIPLO S.A.

C.N.P.J/M.F. nº 17.453.575/0001-62

Relatório da Administração

A Administração do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. submete à sua apreciação as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, na comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Banco ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A., autorizado a operar com as carteiras comerciais e de investimentos e a realizar operações no mercado de câmbio, teve seu início operacional a partir de setembro de 2013 contemplando principalmente clientes "Corporate" que atuam no mercado internacional e empresas internacionais que tenham subsidiárias no Brasil com necessidades específicas para atuação no mercado de "Trade Finance", além de manter uma posição conservadora e consistente em relação à concessão de crédito, principalmente clientes que mantêm histórico de boa governança e situação econômica.

No ano de 2022, ainda foi lenta a recuperação na economia doméstica e com as incertezas trazidas pelo cenário de volta à normalidade após a pandemia da COVID-19, além da eleição presidencial e alta de juros no Brasil e no exterior. O Banco enfrentou um ambiente mais desafiador. Com base na estratégia de risco unificado do Grupo ICBC (ICBC - Industrial and Commercial Bank of China Ltda. e suas subsidiárias), o Banco estudou profundamente o mercado doméstico, com foco principalmente na área de negócios por atacado. Atuou de forma criteriosa na expansão da carteira de crédito, buscando maior diversidade de clientes, não só no agronegócio, mas também na área de infraestrutura, petróleo e gás e energia elétrica. Desta forma, terminou o exercício com um portfólio mais enriquecido e otimizado em termos de estrutura, prazo médio e diversificação de riscos. O Banco se esforçou para expandir o portfólio de produtos, objetivando a diversificação das receitas operacionais, aprimorando a nossa gestão de crédito, o controle abrangente de riscos e as capacidades para garantir a conformidade e a qualidade das operações.

No exercício de 2022, a carteira de crédito totalizou R\$ 706.843 mil, aumento de 88%. Os depósitos totalizaram R\$ 1.651.731 mil, diminuição de 71% no exercício. Total de ativos de R\$ 2.094.878 mil, patrimônio líquido de R\$ 163.922 mil e o Índice de Basileia ficou em 27,18%. O Banco registrou prejuízo líquido de R\$ 3.061 mil no exercício de 2022, principalmente em função da necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ATIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		1.403.795	866.317
Disponibilidades	(4)	14.958	50.336
Disponibilidades em reais		375	11.167
Disponibilidades em moeda estrangeira		14.583	39.169
Instrumentos financeiros		1.388.839	860.336
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(5)	497.854	381.064
Títulos e valores mobiliários		-	1.340
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP	(7)	-	1.340
Relações interfinanceiras	(8)	254.429	167.122
Depósito Compulsório junto ao Banco Central do Brasil		520	676
Transações de Pagamentos		253.909	166.446
Operações de crédito		133.969	118.339
Empréstimos em Moeda Nacional	(9)	-	13.591
Financiamento à Exportação	(9a)	133.969	104.748
Outros instrumentos financeiros		503.587	192.471
Câmbio Comprado a Liquidar - Letras a Entregar	(9),(11)	503.587	192.471
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10)	(32.380)	(48.142)
Rendas a Receber		592	94
Valores a Receber		592	94
Ativos fiscais diferidos	(22)	15.761	-
Outros ativos		15.025	3.693
IRPJ/CSLL a compensar	(12)	8.819	3.158
Outros Impostos a compensar	(12)	389	266
Devedores por depósitos em garantia	(12)	46	-
Despesas antecipadas	(12)	227	270
Títulos a Receber	(9),(12)	5.544	-
Não Circulante		691.083	558.097
Realizável a longo prazo		691.083	558.097
Títulos e valores mobiliários		669.496	494.411
Carteira Própria - Títulos Públicos	(6)	669.496	443.344
Carteira Própria - Debêntures	(6)	-	51.067
Operações de crédito		63.743	64.801
Empréstimos em Moeda Nacional	(9)	-	22.648
Financiamento à Exportação	(9)	63.743	42.155
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10)	(43.061)	(1.856)
Imobilizado de uso		768	594
Instalações, móveis e equipamentos de uso		5.798	5.120
(-) Depreciações acumuladas		(5.030)	(4.527)
Intangível	(13)	137	146
Ativo Intangível		416	360
(-) Amortização acumulada		(279)	(214)
TOTAL DO ATIVO		2.094.878	1.424.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante		950.972	912.405
Depósitos e demais instrumentos financeiros		936.017	902.837
Depósitos à vista	(14)	16.065	22.983
De Pessoa Jurídica e Vinculados		16.065	22.983
Depósitos a prazo	(14)	489.364	822.137
Certificados de Depósito Bancário		489.364	822.137
Obrigações por emissão de Letras de Crédito Agronegó.	(14)	144.378	186
Letras de Crédito do Agronegócio		144.378	186
Relações interdependências e interfinanceiras		793	1
Recursos em Trânsito de Terceiros	(15)	793	1
Obrigações por empréstimos e repasses	(16)	285.417	56.194
Obrigações Moeda Estrang. Importação até 360 dias		285.417	56.194
Instrumentos Financeiros Derivativos	(7)	-	1.335
Instrumentos Financeiros Derivativos - SWAP		-	1.335
Obrigações fiscais correntes e diferidas		12.948	4.747
Fiscais e previdenciárias	(17 a)	10.556	2.827
Provisões Sociais e Estatutárias	(17 c)	2.392	1.920
Provisões		2.007	4.822
Provisão para pagamentos a efetuar	(17 b)	1.777	4.778
Cobrança e Arrecadação de Tributos	(17 a)	38	38
Provisão para garantias financeiras prestadas	(17 b)	192	6
Não Circulante		979.984	345.868
Exigível a longo prazo		979.984	345.868
Depósitos a prazo	(14)	716.508	23.839
Certificados de Depósito Bancário		716.508	23.839
Obrigações por empréstimos e repasses	(16)	-	41.291
Obrigações Moeda Estrang. Importação até 360 dias		-	41.291
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital	(18)	262.037	280.259
Complementar autorizado		262.037	280.259
Provisões		1.440	481
Obrigações Fiscais Diferidas	(17 a)	1.379	457
Provisão para contingências	(25 b)	61	24
Patrimônio líquido		163.922	166.141
Capital Social		-	-
De Domiciliados no Exterior	(19 a)	202.100	202.100
Reservas de lucros	(19 c, d)	-	-
Outros resultados abrangentes	(19 e)	1.400	558
Prejuízos acumulados	(19 f)	(39.578)	(36.517)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.094.878	1.424.415

(Em milhares de Reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 | Semestre findo em 31 de dezembro de 2022

	Capital social	Reservas de Lucros			Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Outros Resultados Abrangentes		
Saldos em 30 de junho de 2022	202.100	-	-	(1.153)	(35.230)	165.717
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	-	2.553	(4.348)	(1.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.100	-	-	1.400	(39.578)	163.922
Mutações do semestre	-	-	-	2.553	(4.348)	(1.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	202.100	-	-	-	(3.062)	199.038
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(33.455)	(33.455)
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	-	558	-	558
Saldos em 31 de dezembro de 2021	202.100	-	-	558	(36.517)	166.141
Mutações do exercício	-	-	-	558	(3.061)	(3.061)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-
Ajuste a mercado de títulos públicos	-	-	-	842	-	842
Saldos em 31 de dezembro de 2022	202.100	-	-	1.400	(39.578)	163.922
Mutações do exercício	-	-	-	842	(3.061)	(2.219)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional

O ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é subsidiária do ICBC - Industrial and Commercial Bank of China Ltd. cuja constituição obteve manifestação favorável da Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil (BACEN) em 19 de dezembro de 2012. O Banco obteve autorização para funcionamento como banco múltiplo e tem como objetivo a prática de operações com as carteiras comercial e de investimento e autorização para realizar operações no mercado de câmbio, de acordo com as disposições legais e normas do BACEN, tendo iniciado suas operações a partir de setembro de 2013.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Os CPCs aprovados pelo CMN - Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil a serem seguidos pelas Instituições Financeiras são: a) CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; b) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; c) CPC 02 (R2) - Efeitos das Mutações nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; g) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; h) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologada pela Resolução CMN nº 4.924/21; i) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; j) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09; k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; l) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20; m) CPC 41 - Resultado por Ação - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; e n) CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos, como exemplo: provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, marcação a mercado dos instrumentos financeiros e passivos contingentes. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente com o intuito de verificar sua aderência. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 30/03/2023. **Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:** Resolução CMN 4.966 de 25 de novembro 2021: A Resolução CMN 4.966/2021 emitida pelo BACEN com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros a serem adotados pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Destacam-se a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, reconhecimento de provisão para perdas esperadas relacionadas ao risco de crédito, atualização de instrumentos financeiro por taxa efetiva de juros contratual, reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso e a designação e reconhecimento das relações de proteção dos instrumentos financeiros. O Banco ICBC do Brasil mantém Plano de Implementação constituído com as definições estabelecidas com a referida resolução, a qual define cronograma a ser cumprido nos anos 2023 e 2024 com sua finalização em 01 de janeiro de 2025 e determina etapas de identificação de impactos da adoção dos normativos, impactos nos processos e sistemas, revisão de modelos e critérios que causam impactos contábeis. O Plano prevê ainda a constituição de comitê composto por representantes de cada área e a adequação do mesmo, principalmente mediante publicação normativa complementar emitidas pela CMN e BCB relacionadas a Resolução 4.966. **Resolução CMN 14.467 de 16 de novembro 2022:** Vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

3. Principais práticas contábeis

Aparuração de resultados: As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata die", calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. **Moeda Funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco. Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgado pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, quando aplicável, e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado. **Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, a saber: **• Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício; **• Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta demonstrativa do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **• Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. **Instrumentos Financeiros Derivativos** - As operações com Instrumentos Financeiros Derivativos, não destinados a hedge, são utilizados para suportar a demanda de clientes e a exposição de variação monetária ou cambial é repassada no mercado, mantendo-se o resultado do "spread" das operações e ambas as posições, tanto ativa quanto passiva são mensuradas a valor de mercado, com base na Res. 3.196/2004, consubstanciada na Res. 4.277/2013, alterada pela Res. 4.389/2014. **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** a. As operações de crédito são classificadas por metodologia interna, conforme política de crédito e adaptada em nove níveis de riscos, conforme definido na Resolução CMN 2.682/99 a provisão, para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, é efetuada com base na classificação dos clientes no nível de riscos definido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme definido na referida Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, do histórico dos clientes, dos atrasos e das garantias recebidas, quando aplicável. **b.** Conforme definido no COSIF, as operações de crédito são apresentadas líquidas de rendas a apropriar, que são apropriadas de forma "pro

rata die" ao resultado. As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **c.** Para operações de Fianças e Garantias, o Banco adota provisão para possíveis perdas, utilizando como base as normas e instruções do BACEN, constantes na Resolução CMN 2.682/99, e sua classificação é registrada no passivo na rubrica "Outras Provisões", quando aplicável. **Imobilizado de uso e intangíveis:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 10% para equipamentos de uso, 20% para sistemas de comunicação e sistema de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e sistema de transporte. A amortização dos ativos intangíveis é calculada também pelo método linear à taxa de 20%. **Passivos circulante e não circulante:** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata die"). **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil anuais e a alíquota da contribuição social de 20% de janeiro a julho de 2022 e quando a Lei 14.446/2022 entrou em vigor, alterando a alíquota temporariamente para 21% até dezembro de 2022. Contribuição social à alíquota de 20% a partir de março de 2020, de acordo com a Emenda Constitucional nº 103 de novembro de 2019, que estabeleceu no artigo 32 a majoração da alíquota de contribuição social sobre o lucro líquido dos "decentos" de 15% para 20%. Ajustado na forma da legislação em vigor. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução nº 4.842/2020 levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não mantém contabilizado créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais ou base negativa. **Redução do valor recuperável de ativos (impairment):** O CPC 01, conforme recepcionado pela Resolução CMN nº 3.566/08, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (**impairment**). De acordo com a Resolução, os ativos são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado. Não identificamos ativos passíveis de reconhecimento de ajuste de "impairment" para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. **Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e outras provisões:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes e contingências passivas são efetuados de acordo com os seguintes critérios: **(i) Ativos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo; **(ii) Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação; e **(iii) Obrigações Legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente de avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial, quando aplicável; e **(iv) Benefício a empregados** - O Banco oferece e tem como política prover alguns benefícios aos colaboradores, durante seu vínculo empregatício, sendo todos eletivos a Seguro de Vida, Assistência Médica e Odontológica, Vale-Alimentação e Vale-Refeição. Para os colaboradores expatriados durante sua permanência no Brasil, também é oferecido auxílio à educação aos filhos em idade escolar, sendo cessado no momento do seu retorno ao país de origem. **Resultado Recorrente e Não Recorrente:** Para a classificação entre resultado recorrente e não recorrente o Banco ICBC considera como recorrente o resultado obtido com as suas atividades regulares, sendo receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestação de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da instituição. Os resultados não recorrentes englobam receitas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais e com baixa probabilidade de ocorrência em exercícios futuros. O ICBC Brasil não apresentou resultado não recorrente no exercício findo em dezembro de 2022.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O Banco concentra seus recursos em sua conta de reservas junto ao Banco Central do Brasil no valor de R\$ 375 (R\$ 11.167 em 31 de dezembro de 2021) e disponibilidades em moeda estrangeira junto a bancos no exterior no valor total de R\$ 14.583 (R\$ 39.169 em 31 de dezembro de 2021), conforme demonstrativo abaixo:

	Dez-2022	Dez-2021
Disponibilidades	14.958	50.336
Disponibilidades em Reais	375	11.167
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	14.583	39.169
Aplicações	497.854	381.064
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	497.854	381.064
Total	512.812	431.400

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Aplicações interfinanceiras de liquidez no valor de R\$ 497.854 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 381.064 em 31 de dezembro de 2021) e depósitos interfinanceiros estão concentradas em operações compromissadas, conforme demonstrado abaixo:

Operações compromissadas - Compra com Revenda	Reserva		Vencimento	Valor Aplicado	Valor de Saldo em
	Qtde	Emissão			
Data posição	Data de retorno	Título	Qtde	Emissão	31/12/22
30/12/2022	02/01/2023	LFT	859	06/07/2018	01/09/2024
30/12/2022	02/01/2023	LFT	1.038	06/04/2022	01/09/2028
30/12/2022	02/01/2023	LTN	3.672	03/01/2020	01/01/2024
30/12/2022	02/01/2023	NTN-F	93.531	15/01/2016	01/01/2027
30/12/2022	02				

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

Títulos Mantidos até o Vencimento	Dez - 2021	
	Faixa de vencimento	Valor mercado
Carteira Própria - Debêntures		
Debêntures	Até 360 dias	51.116
	Total (i)	51.067
	Circulante	51.116
		51.067

(i) Os títulos valores mobiliários mantidos até o vencimento estavam a valor justo. A carteira de títulos e valores mobiliários no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentou resultado de R\$ 64.964 (R\$ 21.668 em 31 de dezembro de 2021). A composição da carteira em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, considerando os níveis hierárquicos de mensuração de valor justo são demonstrados como segue:

Títulos Disponíveis para Venda	Nível 1		Nível 2		Total
LFT	458.683	-	458.683	-	
LTN	210.813	-	210.813	-	
Total dezembro - 2022	669.496	-	669.496	-	

Títulos Disponíveis para Venda	Nível 1		Nível 2		Total
LFT	443.344	-	443.344	-	
Total dezembro - 2021	443.344	-	443.344	-	

O Banco utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

7. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os Instrumentos Financeiros Derivativos representam contratos para suprir as necessidades de nossos clientes em contrapartida aos contratos com o mercado para zerar nossa exposição em variações monetárias e cambiais, com a administração do "spread" da taxa de juros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não tínhamos operações com instrumentos financeiros derivativos. Nossa posição de SWAP em 31 de dezembro de 2021 era custodiada pela CETIP e apresentada da seguinte maneira:

Swap simples	Dez-2021		Marcação	Total
	Valor a receber	Adiantamento		
Ativo	112.000	-	1.340	-1.340
Dólar X CDI	112.000	-	1.340	-1.340
Total	112.000	-	1.340	-1.340

Os instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram resultado de R\$ 16.964 negativo (R\$ 1.335 em 31 de dezembro de 2021).

8. Relações Interfinanceiras

a) **Reservas Compulsórias:** Referem-se a Reservas Compulsórias sobre Exigibilidade de operações destinadas a Micro Finanças, no valor total de R\$ 520 (R\$ 676 em 31 de dezembro de 2021). b) **Transações de Pagamentos:** O Banco possui operações de recebíveis denominadas transações de pagamentos de cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard, no valor de R\$ 253.909 (R\$ 166.446 em 31 de dezembro de 2021), com parceiros do mercado financeiro. Apresentaram resultado de R\$ 1.299 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e apresentaram resultado de R\$ 14.114 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9. Operações de crédito

O Banco vem mantendo operações de crédito na linha "Corporate", assessorando financeiramente seus clientes com financiamento em operações de Importação e Exportação. A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

a) Operações de Crédito - Por Faixa de Vencimento:

	Dez-2022		
	Vencimento	Principal	Saldo Devedor
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Até 360 dias	104.948	106.997
Nota de Crédito à Exportação - NCE	Até 360 dias	26.972	26.972
Cessão de Recebíveis - CRB	Até 360 dias	5.539	5.544
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Acima 360 dias	11.252	11.823
Nota de Crédito à Exportação - NCE	Acima 360 dias	51.508	51.920
Total	200.004	203.256	139.513

	Dez-2021		
	Vencimento	Principal	Saldo Devedor
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Até 360 dias	13.539	13.590
Nota de Crédito à Exportação - NCE	Até 360 dias	35.334	35.850
Emprestimos - Capital de Giro	Até 360 dias	68.296	68.898
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Acima 360 dias	22.500	22.648
Nota de Crédito à Exportação - NCE	Acima 360 dias	41.000	42.155
Total	180.669	183.141	118.340

	Dez-2021		
	Vencimento	Principal	Saldo Devedor
Emprestimos - Capital de Giro	Até 360 dias	13.539	13.590
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Até 360 dias	35.334	35.850
Nota de Crédito à Exportação - NCE	Até 360 dias	68.296	68.898
Emprestimos - Capital de Giro	Acima 360 dias	22.500	22.648
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Acima 360 dias	41.000	42.155
Total	180.669	183.141	118.340

	Dez-2021		
	Vencimento	Principal	Saldo Devedor
Emprestimos - Capital de Giro	Até 360 dias	13.539	13.590
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Até 360 dias	35.334	35.850
Nota de Crédito à Exportação - NCE	Até 360 dias	68.296	68.898
Emprestimos - Capital de Giro	Acima 360 dias	22.500	22.648
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	Acima 360 dias	41.000	42.155
Total	180.669	183.141	118.340

b) Operações com característica de Crédito - Por Faixa de Vencimento:

	Dez-2022		
	Vencimento	Principal	Saldo Devedor
Adiantamento de contratos de Câmbio - ACC	Vencidas	41.737	43.406
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	Até 360 dias	484.147	460.181
Total	525.884	503.587	503.587
Circulante	525.884	503.587	503.587

	Dez-2021		
	Vencimento	Principal	Saldo Devedor
Adiantamento de contratos de Câmbio - ACC	Vencidas	41.392	46.425
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	Até 360 dias	124.277	146.046
Total	165.669	192.471	192.471
Circulante	165.669	192.471	192.471

Rating Bacen	AA		A		B		F		Total
Parcelas Vencidas	31.081	409.481	150.389	72.486	663.437				
01 a 60	16.551	286.017	28.251	61.202	392.021				
61 a 90	2.096	48.658	14.125	264	65.143				
91 a 180	6.287	70.186	37.377	792	114.642				
181 a 360	6.147	4.620	15.537	1.584	27.888				
Acima de 360	-	-	55.099	8.644	63.743				
Total geral em 31/12/2022	31.081	409.481	150.389	72.486	663.437				

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 31/12/2022	31.081	409.481	150.389	72.486	663.437				

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
01 a 60	66.267	26.801	2.403	13.591	61.542	170.705			
61 a 90	26.159	13.501	1.251	-	255	41.065			
91 a 180	22.268	23.663	3.754	-	764	50.449			
181 a 360	26.809	125	7.507	-	1.528	35.969			
Acima de 360	11.930	-	7.633	-	11.437	30.999			
Total geral em 31/12/2021	153.433	63.990	22.648	13.591	75.525	329.187			

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 31/12/2022	31.081	409.481	150.389	72.486	663.437				

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
01 a 60	66.267	26.801	2.403	13.591	61.542	170.705			
61 a 90	26.159	13.501	1.251	-	255	41.065			
91 a 180	22.268	23.663	3.754	-	764	50.449			
181 a 360	26.809	125	7.507	-	1.528	35.969			
Acima de 360	11.930	-	7.633	-	11.437	30.999			
Total geral em 31/12/2021	153.433	63.990	22.648	13.591	75.525	329.187			

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 31/12/2022	31.081	409.481	150.389	72.486	663.437				

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
01 a 60	66.267	26.801	2.403	13.591	61.542	170.705			
61 a 90	26.159	13.501	1.251	-	255	41.065			
91 a 180	22.268	23.663	3.754	-	764	50.449			
181 a 360	26.809	125	7.507	-	1.528	35.969			
Acima de 360	11.930	-	7.633	-	11.437	30.999			
Total geral em 31/12/2021	153.433	63.990	22.648	13.591	75.525	329.187			

Parcelas Vencidas	AA		A		B		F		Total
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total geral em 31/12/2022	31.081	409.481	150.389	72.486	663.437				

c) Composição por Setor Econômico: Setor Privado

	Dez-2022		Dez-2021	
Pessoa Jurídica				
Indústria	601.663	331.619		
Rural	105.180	43.993		
Total	706.843	375.612		

Composição de Cliente - Maiores Clientes

Maior cliente	Dezembro-2022		Dezembro-2021	
	Valor	%	Valor	%
Dez maiores clientes seguintes	588.581	83,27%	255.930	68,14%
Demais clientes	36.997	5,23%	58.649	16,1%
Total	706.843	100%	375.612	100%

As operações de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram resultado de R\$ 12.707 (R\$ 29.494 em 31 de dezembro de 2021), conforme composição assim apresentadas:

	Dezembro-2022		Dezembro-2021	
Emprestimos - Capital de Giro	2.288	6.277		
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	14.318	8.548		
Nota de Crédito à Exportação - NCE	(3.904)	13.370		
Cessão de Recebíveis - CRB	5	-		
Total	12.707	29.494		

10. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Produto	Dez. 2022				Total
	AA	A	B	C	
Adiantamento Contrato de Câmbio - ACC (i)	11.856	317.916	62.895	-	45.921
Cédula de Crédito à Exportação - CCE (ii)	18.720	81.007	7.280	-	118.820
Nota de Crédito à Exportação - NCE	-	-	78.892	-	78.892
Total	30.576	398.923	149.067	-	57.734
Percentual de provisão associadas ao risco de crédito (iii)	0,00%	0,50%	1,00%	3,00%	50,00%

(i) O ACC classificado no rating F em 2022, tratar-se de renegociação de contrato em exercícios anteriores com vencimento único total para 2023. O ACC classificado em rating H refere-se a cliente em recuperação judicial, cujo o ICBC Brasil vem tomando medidas judiciais para recuperação desse ativo. (ii) O CCE classificado no rating F em 2022, refere a cliente em recuperação judicial por esse motivo classificado nessa linha, cujo o contrato foi renegociado em exercícios anteriores com vencimento total em 2026, o cliente vem honrando o pagamento de juros e parcela do principal. (iii) Na constituição da provisão para devedores duvidosos, não está considerada a variação cambial nas operações de Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC, em função do adiantamento ser feito em Reais, conforme característica do produto.

Produto	Dez. 2021				Total
	AA	A	B	C	

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicada)

b. Remuneração da administração:

Remuneração da administração	Semestre findo em dez/2022	Exercício findo em dez/22	Exercício findo em dez/2022
Benefícios de curto prazo a administradores			
Honorários	2.644	5.179	3.905
Encargos sociais	595	1.165	879
Outros benefícios	124	217	202
Total	3.363	6.561	4.985

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores.

25. Outras informações

a. Avais fianças e garantias: Esses produtos estão assim distribuídos:

Modalidade	Finalidade	Dez 2022	Rating Bacen	Provisão em Dez 2022
Fiança	Bancária - País	29.347	AA	-
Fiança	Bancária - País	38.459	A	192
Total		67.807		192
Modalidade	Finalidade	Dez 2021	Rating	Provisão em Dez 2021
Fiança	Bancária - País	15.647	AA	-
Fiança	Bancária - País	600	B	6
Total		16.247		6

b. Outras contingências: O Banco possui uma contingência passiva trabalhista no valor total de R\$ 61 (R\$ 24 em dezembro de 2021) registrado em provisão para contingências - trabalhistas (nota 17b). O Banco não tem conhecimento de ser parte (polo passivo) em outras ações judiciais, tributárias, trabalhistas e outros processos administrativos. O Banco possui contingências trabalhistas classificadas como perda possível em 103 (R\$ 337 em 31 de dezembro de 2021). **c. Impactos da COVID-19:** A Administração vem acompanhando os desdobramentos relacionados ao COVID-19, observando com a devida atenção as orientações governamentais e OMS. A Administração do Banco continua avaliando as perspectivas operacionais durante a pandemia, que refletiu de alguma forma na capacidade global de reembolso de alguns clientes, que aliada a uma menor liquidez de crédito, conduziram a um aumento da carteira de crédito vencida. O Banco vem adotando diversas medidas de prevenção para preservarmos a segurança e a saúde de seus colaboradores, assim como uma série de medidas para garantir a continuidade dos negócios em situações de pandemia. Foram adotadas medidas preventivas para que sejam evitadas as contaminações durante a jornada de trabalho dos colaboradores que não estão em trabalhos de Home office como aferição de temperatura corporal ao entrar nas dependências do Banco, a maioria dos funcionários desempenhando suas atividades em Home office, higienização frequente das dependências do Banco, a maioria dos funcionários desempenhando suas atividades em Home office, higienização frequente das dependências do Banco, distribuição de máscaras aos colaboradores, distanciamento entre pessoas e desenvolvimento de campanha educativa. **d. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras:** Em cumprimento às disposições da Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional - CMN e Resolução BCB nº 2 do BACEN,

os diretores do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A., declaram para os devidos fins, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 do Banco, com sede no Estado de São Paulo e Cidade de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477, Torre B, 6º andar, Itaim Bibi CEP: 04538-133, inscrito no CNPJ/MF sob nº 17.453.575/0001-62, que as Demonstrações Financeiras relativas à Data-Base de Dezembro de 2022 são efetivamente reais, e fidedignas, espelhando corretamente os resultados obtidos pelo Banco no mencionado período. Nestes termos, colocamo-nos à disposição para prestação de quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

26. Eventos Subsequentes

Não foram observados eventos subsequentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

Chengyong Xue
Presidente
Wenxian Chen
Diretor

Contadora

Luciana Elisa de Souza
CRC RJ 094517/O-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, Diretores e Acionistas do

ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A.

São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ICBC do Brasil Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com

base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha

Contador

CRC nº 1 SP-214144/O-1

